



PROCESSOS DE INCLUSÃO DO SUJEITO SURDO NO CONTEXTO DA ESCOLA COMUM: ANÁLISE DAS CENAS DA SÉRIE CRISÁLIDA

PROCESSES OF INCLUSION OF DEAF PEOPLE IN THE CONTEXT OF ORDINARY SCHOOLS: ANALYSING SCENES FROM THE SERIES CHRYSALIS

 <https://orcid.org/0000-0001-6573-3393> Cláudia de Arruda Sarturi ^A
 <https://orcid.org/0000-0003-4831-129X> Márcia Lise Lunardi-Lazzarin ^B

^A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

^B Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

Recebido em: 17 de março de 2024 | **Aceito em:** 25 de março de 2024

Correspondência: clasarturi@gmail.com
lunazza@gmail.com

Resumo

O presente trabalho toma como centralidade a produção do conhecimento no campo da educação de surdos. No contexto desse estudo interessa olhar para os processos de inclusão escolar dos sujeitos surdos a partir da problematização do espaço da escola comum no cenário contemporâneo. Para fazer esse exercício analítico tomamos como materialidade um recorte do episódio 3 - O direito de ser surdo, da série catarinense bilíngue, intitulada Crisálida, com o objetivo de compreender os modos de condução das vidas surdas no contexto da escola comum. A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter exploratório e descritivo e baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas as cenas do episódio da série Crisálida escolhido, no qual destacamos os arranjos e o funcionamento de discursos que circulam em torno dos dispositivos de normalização e governamentalidade presentes no espaço da escola comum. Desse modo, o episódio intitulado O direito de ser surdo, enquanto uma produção discursiva, se impõe no contexto desse estudo como uma ferramenta teórico-metodológica que nos ajuda a compreender a necessidade de um deslocamento epistemológico no campo da educação de surdos no cenário das políticas de inclusão voltadas para os sujeitos surdos. Pensar a epistemologia surda nos aproxima do pensamento decolonial e nos inspira a refletir sobre práticas insurgentes que surgiram a partir dos movimentos de resistência e rompem com a lógica normalizadora e colonial presentes na produção de conhecimento no campo da educação de surdos.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Governamentalidade; Normalização; Sujeito surdo.

Abstract

This work centres on the production of knowledge in the field of deaf education. In the context of this study, it is interesting to look at the processes of school inclusion of deaf subjects from the point of view of problematising the space of the ordinary school in the contemporary scenario. In order to carry out this analytical exercise, we took as materiality a clip from episode 3 - The right to be deaf, of the bilingual Santa Catarina series entitled



2025 **Sarturi; Lazzarin**. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Crisálida, with the aim of understanding the ways in which deaf lives are conducted in the context of the ordinary school. The methodology used in this work was exploratory and descriptive and was based on bibliographical and documentary research. Scenes from the chosen episode of the Crisálida series were analysed, highlighting the arrangements and functioning of discourses that circulate around the normalisation and governmentality devices present in the ordinary school space. In this way, the episode entitled O direito de ser surdo (The right to be deaf), as a discursive production, imposes itself in the context of this study as a theoretical-methodological tool that helps us understand the need for an epistemological shift in the field of deaf education in the context of inclusion policies aimed at deaf subjects. Thinking about deaf epistemology brings us closer to decolonial thinking and inspires us to reflect on insurgent practices that have emerged from resistance movements and break with the normalising and colonial logic present in the production of culture.

Keywords: Deaf education; Governmentality; Normalisation; Deaf subject.

Pistas Introdutórias

O presente trabalho toma como centralidade a produção do conhecimento no campo da educação de surdos. No contexto desse estudo interessa olhar para os processos de inclusão escolar dos sujeitos surdos a partir da problematização do espaço da escola comum no cenário contemporâneo. Para movimentar a pesquisa trazendo muitas dúvidas, provocações, novas formas de problematização e subjetividade que atravessam e moldam as práticas de pesquisa que venho empreendendo. De acordo com Corazza (p. 104, 2007) descreve os modos de pensar e sentir como realizar as práticas de investigação “[...] é como se nosso próprio fazer de pesquisadoras/es colocasse um *ponto de basta*, onde é necessário parar e pensar: afinal, como é mesmo que venho fazendo meu movimento de pesquisa?”. Por ser uma escuta singularizada e atenta às diferenças e às relações políticas e sociais que o corpo dissidente estabelece, como um corpo que se desvia do padrão, que se opõe e tensiona as normas.

O trabalho tem como objetivo analisar as principais contribuições teóricas problematizando os efeitos de dispositivo de normalização e de governamentalidade sobre as condutas do sujeito surdo incluído através do Episódio 3 - O direito de ser surdo, da série bilíngue nacional Crisálida¹, conforme a figura 1.

¹ Acessa o link do episódio O Direito de ser surdo sobre a série catarinense bilíngue, intitulada Crisálida. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8ZGA5aTpyJQ>. Acesso em: 01 Out. 2023. Para conhecimento, veja a reportagem sobre a série, acessa: <https://cotidiano.sites.ufsc.br/crisalida-a-serie-catarinense-bilingue-que-chegou-a-netflix/>.



Fonte: Disponível em: <https://www.seriecrisalida.com.br/>. Acesso em: 01 Out. 2022.

Vista sob o olhar de estudos nas bases epistemológicas que se encontram no campo da educação de surdos que vem se articulando de Estudos Culturais² de vertente pós-estruturalistas e de Estudos Surdos, torna-se importante apresentar um pouco desses referenciais para a pesquisa. Através de algumas ferramentas do pensamento foucaultiano, o texto procura empreender as análises com os conceitos de dispositivo de normalização e governamentalidade. A partir dos questionamentos que venho me fazendo a propor a pesquisa: Por onde começar minhas reflexões de modo a propiciar certas articulações na perspectiva foucaultiana, produzindo um texto? De que modo meus estudos poderiam contribuir com a temática proposta e olhar para a educação de surdos no cenário contemporâneo? Que estratégias circulam como um efeito de dispositivo de normalização e governamentalidade se produzem suas condutas?

Para fazer esse exercício analítico tomamos como materialidade um recorte do episódio 3: O direito do ser surdo, intitulada Crisálida, disponível no Netflix, com o objetivo de compreender os modos de condução das vidas surdas no contexto da escola regular. Ao olhar para as narrativas que são produzidas no enredo deste episódio, acerca dos processos de inclusão dos sujeitos surdos na escola comum, conseguimos visualizar uma rede discursiva que posiciona esses sujeitos a partir de diferentes condições de existência e experiências nos seus modos de ser surdo. A metodologia utilizada neste trabalho foi de

² Cabe destacar que “os Estudos Culturais foram vistos como terreno fértil para o florescimento dos chamados Estudos Surdos” (NEVES, 2021, p. 2).

caráter exploratório e descritivo e baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas algumas cenas do curta bilíngue nacional *Crisálida*, no qual destacamos os arranjos e o funcionamento de discursos que circulam em torno dos dispositivos de normalização e governamentalidade presentes no espaço da escola comum, tornam-se o exercício empreendido na análise dessa pesquisa.

Articulações sobre o pensamento foucaultiano e os estudos sobre educação de surdos

Para compreender a obra “Vigiar e Punir” baseada em Michel Foucault, atravessada por meio de pesquisas históricas e documentais trouxe diferentes ponderações sobre os processos das disciplinares e suas causas na vida das pessoas dentro de instituições como a família, o quartel, a fábrica, a escola e o hospital estão enquadrados no serviço do dispositivo de normalização, pois existem na tentativa de operar, produzir e normalizar os sujeitos que desviam de uma conduta comum. Vale ressaltar que, na perspectiva foucaultiana, a instituição produz corpos dóceis³ aos sujeitos, ou seja, corpos disciplinados, que ensina regras de conduta e de convívio ao ambiente, por meio de diferentes disciplinares que colocam em funcionamento. Segundo Foucault (1979), busco entender a noção de dispositivo produzida nesta perspectiva como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (p. 244).

Com isso, acontece em vários espaços da sociedade ou instituição, no caso o foco deste estudo, foi contemplado o espaço da escola comum. Para situar essa abordagem no contexto da educação inclusiva, devemos considerar que o espaço escolar como espaço das reiterações normativas à lógica colonialista e de silenciamento das diferenças. Posso afirmar que diante desse cenário os corpos dissidentes cujos corpos surdos resistem e transgridem no

³ Para entender sobre o conceito de docilidade, no qual Foucault (1987) lança a ideia de que o corpo passa a não mais corresponder ao sujeito, mas sim à condição a que se submete. Pode se mencionar dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p. 163). Quanto ao poder que investe nos corpos por uma sociedade ou instituição produz normas de condutas e disciplina, permitindo o controle dos corpos e são produzidos não apenas corpos padronizados.

espaço da escola comum?

A figura 2 apresenta o maior número de alunos ouvintes e um único surdo que ficava na frente do professor nesta sala de aula e o professor ouvinte que não saiba a Língua de Sinais. Neste sentido, as recorrências discursivas que caracterizam a inclusão escolar como um imperativo para o dispositivo de normalização dos modos de ser, de se comunicar e de se conduzir dos sujeitos surdos incluídos através das estratégias de governo. Empreendendo com as análises realizadas por Foucault ajudam-me a entender que o dispositivo de normalização e as formas de governo, são atravessados pelos diferentes discursos e pelas diversas estratégias para constituir as condutas do sujeito surdo.

Figura 2 - Espaço da escola comum



Fonte: Série Crisálida

Percebe-se que o funcionamento da inclusão escolar como um dispositivo de normalização, que coloca o “outro” sujeito compara com o “normal” e se opera através de suas diferentes estratégias, como citei as estratégias na perspectiva clínica médica. Pensando como essas práticas envolvidas, o espaço escolar proporciona-se a “disciplinar” o sujeito surdo, produzindo vários corpos dóceis que se assujeitem aos discursos normalizadores que circulam por essa instituição. Observe a figura 3, em uma quadra de escola, os alunos ouvintes e um sujeito surdo enfileirados rezavam uma oração “Pai Nosso” na frente do professor, bem como este surdo parecia imitando escutar, olhar e orar junto com os colegas por meio da leitura labial. Dentro da cena, aparece um Intérprete de Libras na tela pequena realizando a tradução em Língua Brasileira de Sinais. De acordo Gallo (2015, p. 438) afirma [...] além do assujeitamento, em que cada um possa ser capaz de pensar por si mesmo e de aprender a viver por si mesmo constituindo como sujeito neste

processo”. Para isso, a importância de analisarmos esses discursos que são produzidos e circulam sobre essa prática, assim como eles atuam na objetivação e subjetivação⁴ dos sujeitos e suas práticas, de nós como sujeitos e de nossas práticas.

Figura 3 - Hora de Oração: “Pai Nosso”



Fonte: Série Crisálida

Ao longo da história passada, os surdos foram colonizados pelos ouvintes e por outros surdos, os quais impõem uma norma surda. Assim, as relações de poder continuam presentes nos discursos ouvintistas⁵, que se estabelecem por meio de práticas discursivas⁶ marcadas por estereótipos. Penso

⁴ Além disso, pensar em mecanismos de objetivação é pensar na produção do indivíduo, da mesma forma que pensar nas formas de subjetivação é pensar em aspectos desta constituição, dentro desse contexto: “Já se afirmou que tantos os processos de objetivação quanto os processos de subjetivação concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo, sendo que os primeiros o constituem enquanto objeto dócil e útil e o segundo enquanto sujeito. Pode -se então dizer que termo “sujeito” serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituindo a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito.” (FONSECA, 2003, p. 23).

⁵ Segundo Perlin (2005, p. 53) diz: “[...] o conceito de corpo danificado remete a questões de necessidade de normalização, o que significa trabalhar o sujeito surdo do ponto de vista do sujeito normal ouvinte”.

⁶ Nessa perspectiva, os discursos não podem ser inventados exclusivamente como uma forma de descrever e interpretar a realidade. Como diz Foucault (1987, p. 56), os discursos “são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

que a noção de surdo está diretamente ligada a estereótipos em várias situações, Perlin (2005) cita “[...] no campo do estereótipo a diferença assume um lugar, faz-se de conta que não devem existir diferenças. A figura do surdo pode ser visualizada como estereotipada no momento de um discurso colonizador” (p. 55). Neste exemplo, a figura 4 mostrou a situação desagradável em que os colegas de sala de aula incomodavam o surdo com insultos como "surdinho, surdinho", praticando bullying, pois ele não escuta perfeitamente quando estava de costas. Nesta esteira, encontra-se os corpos surdos marcados pelo capacitismo e pela opressão e são dados como anormais, desviantes, historicamente marginalizados e subalternizados e que sofrem os duros golpes do preconceito, da desigualdade e da violência linguística, o que permite encará-los como o que se tornaram dissidentes.

Figura 4 - Estereótipo e preconceito



Fonte: Série Crisálida

Em oposição ao surdo, o ouvinte tenta obrigar a sua norma⁷, ou seja, o normal é ser ouvinte. Na perspectiva clínica, o termo surdez refere-se como uma patologia, deficiência ou doença foi a condição de possibilidade da área de estudo que conduz suas práticas de correção e reabilitação dos sujeitos surdos através de suas estratégias. Essa área é formada por profissionais de saúde, através dos saberes comprovados, operam esses sujeitos como anormais e exercem sobre eles o processo de normalização que também estão presentes dentro da instituição escolar. Desta maneira, as estratégias médicas conectam-se às estratégias pedagógicas, que têm por função de corrigir, reabilitar, normalizar os sujeitos

⁷ A noção de norma é entendida como [...] uma medida, uma maneira de produzir uma medida comum, a partir do jogo das oposições entre o normal e o anormal. Os processos de normalização produzem mais do que constrangem. Ao individualizarem sempre, geram indivíduos num espaço disciplinar distinto e episódico (MORAES; VEIGA-NETO, 2008, p. 6).

surdos, aproximando-os dos padrões “ouvintes”. A figura 5 apresenta as cenas do espaço da fonoaudiologia para o treinamento da fala com o acompanhamento do pai. Assim, surgem outras cenas em que os pais conversam, o pai acolhe o filho fosse igual aos demais ouvintes, buscando adaptar a comunicação e a sociedade, enquanto a mãe age de forma distinta, defendendo seu filho e sua aceitação da Língua Brasileira de Sinais. É possível notar que a relação dos pais com o filho surdo é complexa.

Figura 5 - (a)Terapia da Fonoaudiologia e (b) relação familiar



(a)

(b)



(b)

Fonte: Série Crisálida

Pode se dizer que a classificação foi inventada pela norma na perspectiva foucaultiana, bem como a institucionalização da norma, que constitui no século XIX o conceito de anormal, atua sob a forma de diferentes técnicas e dispositivos: a escola, a família, o hospício, a prisão. Para isso, construir um corpo produtivo e normativo torna-se necessário um conjunto de técnicas que sejam capazes de desenvolver métodos de adestramento do corpo e recuperar a disciplina daqueles sujeitos e fogem da padrão normativa da sociedade. Esses sujeitos são classificados conforme uma regra, uma norma, e que os individualiza, os aborda a partir dos desvios e os constitui como anormais. Conforme a figura 6, a discussão entre pais de um sujeito surdo, porém o pai não aceita a Libras e quer que o filho comunique com pessoas ouvintes por meio da leitura labial.

Para compreender que o binômio normal e anormal é constituído pelas mesmas regras, pelos mesmos dispositivos, que são estabelecidos a cada tempo e por regras, por normas que podem ser explícitas, visíveis, escritas em normativas, leis, acordados pelo grupo a que se destinam. Assim, ambos podem ser constituídos por dispositivos invisíveis e itinerantes, mas as duas formas se juntam em um mesmo tempo de existência e fazem funcionar as normas de um determinado grupo social.

Figura 6 - Normal x anormal



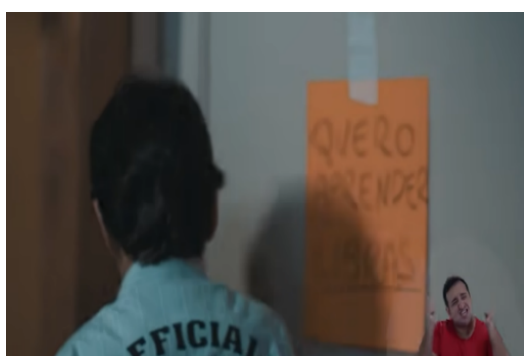
Fonte: Série Crisálida

Em contrapartida, uma outra concepção socioantropológica não leva em consideração a surdez como deficiência, mas sim como uma diferença cultural e linguística, bem como os sujeitos surdos constroem suas subjetividades através de suas experiências mediadas pela Língua de Sinais como uma forma de comunicação e expressão. Compartilho, na perspectiva foucaultiana, a noção de subjetividade é compreendida como algo que é

fabricado em diferentes instâncias discursivas, a partir das relações de poder e saber. Conforme Paraíso (2006, p. 101) afirma “os indivíduos são subjetivados de diferentes modos e passam a constituir a si mesmos como sujeitos”. Com a discussão basicamente sobre surdez, é vista por pesquisas desenvolvidas que integram com os autores surdos e ouvintes chamam de Estudos Surdos, passa a ser pensada a construir a realidade histórica, política, social e cultural das comunidades surdas a partir de uma experiência visual e de uma minoria linguística como a Língua Brasileira de Sinais. Sobre a figura 7, a cena apresenta a felicidade de um surdo para um evento da comunidade surda junto com a mão dele. Esse garoto sentiu mais motivado para aprender e comunicar a Língua Brasileira de Sinais.

A relação da imposição de norma não ocorre apenas entre surdo e ouvinte, ela também ocorre entre surdos, onde é a norma surda que menciona o que é “ser surdo”, pois significa que ele mesmo assuma como referente a si próprio.

Figura 7 - Participação da comunidade surda por meio da Língua Brasileira de Sinais.



Fonte: Série Crisálida

O contexto da educação de surdos a partir dos movimentos da governamentalidade neoliberal

Por se tratar de um contexto na educação de surdos sobre efeitos de dispositivo de normalização e de governamentalidade funcionam como estratégia e forma emergente de problematização de espaço da escola comum no cenário contemporâneo. As inquietações acerca desse tema nos levaram à realização do presente estudo.

Assim, é preciso compreender como as práticas de educação bilíngue operam nas escolas de surdos e os modos pelos quais os sujeitos surdos passam a se constituir como sujeitos de aprendizagem pressupõe atentar para o fato de que estamos falando de práticas bilíngues gestadas na lógica inclusiva que atende a uma racionalidade política de Estado, que aciona diferentes estratégias para sua manutenção. Conforme Lopes (2007), afirma que os sujeitos surdos e professores bilíngues que estão servindo de referência para a comunidade surda contam com a escola para surdos para poder articular e manter fortalecida a sua comunidade.

“[...] o professor possa monitorar os caminhos que devem ser percorridos, principalmente pelas crianças, para que cheguem a desempenhar o lugar da referência ou do modelo. O desejo de ser como o modelo constitui-se em uma das estratégias de governo mais eficientes no controle dos sujeitos, aplicadas via escola de surdos [...]”. (LOPES, 2007, p. 88).

Compreendendo que a educação de surdos, sem dúvidas, por ser um espaço produtivo para pensar sobre questões centrais na disciplina e constituição do sujeito surdo, como, por exemplo, a cultura surda, a importância da língua de sinais no processo de práticas bilíngues, o fortalecimento das identidades e diferenças surdas, a mobilização política das comunidades surdas inseridas nas escolas⁸ como funciona a forma de garantir alguns reconhecimentos sociais e políticos em prol na luta de defesa de educação de surdos. A educação de surdos foi contemplada como uma invenção surda que constituem seus discursos e políticas através de suas lutas e conquistas da comunidade surda. A Lei de Libras 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 são dois documentos fundamentais e regulamentados para garantir os direitos das pessoas surdas, especialmente na área da educação bilíngue. Neste sentido, esses tais documentos proporcionaram ações da comunidade surda em todo o país na luta pela efetivação dos dispositivos propostos e pela garantia dos direitos que essas legitimações apresentam. Nessa perspectiva, ao articular a pesquisa que tem como objetivo constituir o sujeito surdo

⁸ O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 – 2024), na meta 4, estratégia 4.7, registra a garantia da oferta da educação bilíngue para as pessoas surdas, quer que seja em escolas e classes bilíngues, quer seja em escolas inclusivas.

partindo dos discursos produzidos e manifestados pelos documentos oficiais do Brasil (leis, decretos, etc.) que narram a inclusão das pessoas com deficiência inclusive sobre os sujeitos surdos e as posicionam em diferentes momentos históricos e suas conquistas, de discursos diferentes, tanto nas instituições de ensino quanto na sociedade. A partir destes documentos entendo que as políticas públicas de inclusão, atuando como práticas biopolíticas, operam como estratégias de governo de todos e de cada um de nós, conduzindo condutas, gerenciando o risco social produzido pelas situações de exclusão e garantindo a segurança dos sujeitos surdos.

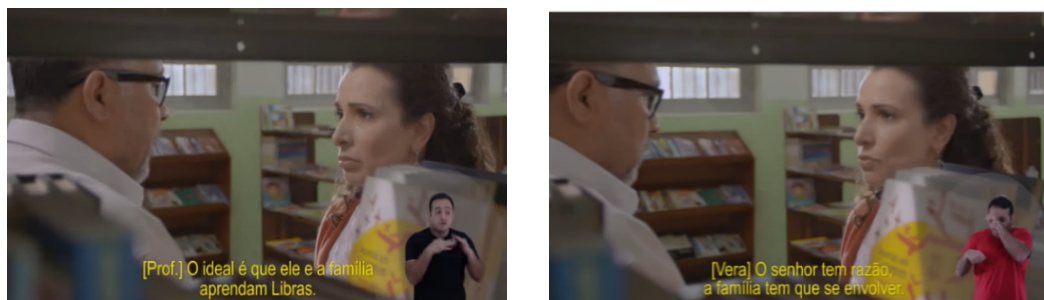
Ao olharmos pelas lentes fornecidas por Foucault, trouxe os efeitos na política bilíngue gestada no campo da educação de surdos, é preciso que analisar os mecanismos que nos ajuda a perceber as diversas questões que se expandiram e mostram como ideias próprias de nossa racionalidade. Cabe destacar que a noção de governamentalidade é uma importante ferramenta para articularmos os efeitos da racionalidade neoliberal e dos modos de subjetivação no cenário contemporâneo.

Considerando a governamentalidade surge a partir da relação entre os modos de exercício de poder e as técnicas de si (FOUCAULT, 2008). Com isso, é preciso compreender que a maneira como o poder se exerce e se torna eficaz, à medida que a racionalidade daquele que é governado estiver orientada, organizada, direcionada e ajustada de forma a produzir sujeitos disciplinados e produzidos. Os modos de subjetivação não estão descolados das produções de uma sociedade, ao contrário, somos sujeitos produzidos por certa racionalidade, portanto, os modos de vida estão intimamente ligados a racionalidade neoliberal baseada na escolarização da vida.

De acordo com esta perspectiva, o conceito de governo vem sendo constituído e como este produz condutas, através da produção de verdades que brotam dos saberes que o sujeito utiliza para compreender a si mesmo, é importante para os desdobramentos deste estudo, pois a análise das práticas discursivas e das formas de governo presentes nas práticas bilíngues aproxima as formas de subjetivação que estão constituindo os sujeitos no contexto da educação de surdos. Na perspectiva foucaultiana, a governamentalidade pode ser entendida “[...] como uma racionalidade de governo, a qual utiliza diferentes estratégias de poder para conduzir as condutas de si e dos outros” (LOCKMANN & HENNING, 2010, p. 197). A figura 8 traz a preocupação do professor sobre a situação de um aluno surdo incluído apesar das dificuldades na sala de aula. Ele incentivou à mãe para poder aprender e comunicar

a Libras ao seu filho. Concordo com as palavras das autoras afirmam que [...] as famílias das pessoas com deficiência têm o direito de escolher qual é o melhor espaço de escolarização para os seus filhos, se a escola comum ou a escola especializada (LOCKMANN & KLEIN, 2022, p. 6).

Figura 8 - Incentivo a família para comunicar Libras com o filho



Fonte: Série Crisálida

Vale ressaltar que a série Crisálida é pensada no cenário contemporâneo, quando se coloca em evidência sobre os pais a responsabilidade pela escolha dos seus caminhos escolares para o seu filho surdo. Isso quer dizer que é o direito, a oportunidade de escolha e a participação nas decisões são alternativas para flexibilizar o diálogo entre família e sujeito surdo por meio da Língua Brasileira de Sinais.

Considerações finais

Algumas considerações podem ser tecidas das problematizações desenvolvidas até o momento, a história da educação de pessoas surdas é fortemente marcada por relações de poder. Quando o corpo passa a ser discursivizado, como é o caso do corpo surdo, passando a ser moldado por várias estratégias de correção e de normalização. Neste sentido, Foucault (1987) comprova o corpo se materializa em discurso “[...] também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam [...]” (p. 28). Neste modo, esses dispositivos possuam processos disciplinares da instituição encaminham um sujeito submetido às práticas e às estratégias de normalização para transformá-lo.

Entendemos que os processos de inclusão escolar ao serem tomados a partir de uma governamentalidade neoliberal, acionam mecanismos de governo de si e dos outros que se produzem partir de relações de poder e saber, numa sociedade que normaliza e padroniza a conduta dos sujeitos, no caso desse estudo, a condução das formas de vida dos sujeitos surdos.

Nesse sentido, entendo que as epistemologias dissidentes que emergiram das lutas do movimento surdo começaram a potencializar outras formas de olhar para o que é produzido pelas pesquisas sobre a Surdez e os sujeitos Surdos, e questionar as redes discursivas da normalidade. O que eu desejo que esse texto possa fazer insurgir outros saberes e outras formas de subvertermos as lógicas coloniais que enquadram as investigações na área da educação de surdos. Portanto, acredito ser de grande relevância destacar minha perspectiva inicial ao construir o esboço de minha pesquisa, a qual tem como foco principal a produção de saberes alinhados ao pensamento dissidente que se aproximam do pensamento decolonial.

A necessidade que temos diante dos desafios impostos pela inclusão educacional é criar novos mundos viáveis, mundos mais diversos e heterogêneos. Esses são capazes de resistir às opressões e transgridem as normas baseadas no capacitismo, no colonialismo. A esperança de outras discussões potentes é de que um outro mundo seja possível e que ele seja construído todos os dias nas lutas sociais e nas insurgências diárias dentro e fora do espaço da escola comum.

Desse modo, o episódio 3 - O direito de ser surdo, da série Crisálida, enquanto uma produção discursiva, se impõe no contexto desse estudo como uma ferramenta teórico-metodológica que nos ajuda a compreender a necessidade de um deslocamento epistemológico no campo da educação de surdos, portanto a necessidade de um movimento de insurgência no cenário das políticas de inclusão escolar voltadas para os sujeitos surdos. Pensar numa epistemologia surda nos aproxima de um pensamento decolonial e nos inspira a refletir sobre práticas insurgentes que se constituem pelos movimentos de resistência e de transgressão a lógica normalizadora, colonial e ouvintista presentes na produção de conhecimento no campo da educação de surdos.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, 25/4/2002, p. 23 (Publicação Original).

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, 23/12/2005, p. 28 (Publicação Original).

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Caminhos Investigativos da pesquisa I: novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 103 – 127.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978- 1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.

GALLO, Sílvio. Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância. In: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (orgs.). *Repensar a educação - 40 anos após Vigiar e Punir*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 427- 449.

LOCKMANN, Kamila & HENNING, Paula Corrêa. Inclusão Escolar na atualidade: um dispositivo da governamentalidade neoliberal. In: *Revista da Educação PUC-Campinas*, nº 29, p. 189-198, Jul/Dez, Campinas, 2010.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. In: *Revista de Educação Especial*: UFSM, 2022. (No prelo). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 21 Out. 2022.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica: 2007.

MORAES, Antônio Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. In: *Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares*. Florianópolis: UFSC, 2008. p.1-18. ISBN: 978-85-87103-39-0.

NEVES, Gabriele Vieira. Em busca da surdidade: entre-lugar da cultura surda na contemporaneidade. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V.07, Ed. Especial. 2021. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2051/1329>. Acesso em: 03 Out. 2022.

PARAÍSO, M. A. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. In: *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 91-115, 2006.

PERLIN, Gládis. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-74.